**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Técnico de Controle Externo**

**Auditoria Governamental**

Nº de Inscrição
MODELO

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
00000000000000000

00001-0001-001

# P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2008

www.pciconcursos.com.br

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

***Macacos intelectuais***

*A partir de estudos realizados com primatas não-humanos, publicados nos anos 60, a defesa dogmática de que a inteligência seria um dom exclusivo do* ***Homo sapiens*** *tornou-se insustentável. Entender a inteligência de que tanto nos orgulhamos como resultado de milhões de anos de seleção natural obedece à lógica evolutiva, visto que a evolução não cria características especiais para favorecer ou prejudicar nenhuma espécie. Como atestam os dinossauros, a natureza é madrasta impiedosa.*

*De onde emergiu a consciência humana?*

*A resposta é bem simples: da consciência dos animais. Não há justificativa para considerá-la como propriedade exclusiva da espécie humana, respondeu Ernst Mayr, o biólogo mais influente do século passado. Aceita essa premissa, na última década, o foco da primatologia se deslocou para o estudo das características únicas dos seres humanos. Afinal, não se tem notícia de outros animais que componham sinfonias ou resolvam equações de segundo grau.*

*Para alguns, nossa capacidade de trocar a recompensa imediata por outra futura (sem a qual nem sequer iríamos à escola) é que nos diferencia de animais mais impulsivos. Outros argumentam que a paciência necessária para aguardar resultados mais promissores também tem raízes evolutivas, e que, em certas situações experimentais, somos mais imediatistas do que os chimpanzés. Embora chimpanzés possam dar manifestações incontestáveis de paciência para aguardar resultados de suas ações, entre eles falta uma típica característica humana: o altruísmo desinteressado. Há evidências claras da existência de comportamentos cooperativos e de altruísmo em outras espécies, mas eles estão sempre associados a interesses de reciprocidade. O verdadeiro altruísmo parece exigir níveis elevados de cognição, que envolvem a capacidade de decifrar o estado mental do outro.*

(Adaptado de Dráusio Varela, **Folha de S. Paulo**)

1. No primeiro parágrafo, o autor afirma que *a evolução não cria características especiais para favorecer ou prejudicar nenhuma espécie* a fim de justificar

(A) a lógica do processo de seleção natural.

(B) a evidente primazia da inteligência humana.

(C) o orgulho alimentado pelo ***Homo sapiens***.

(D) os acasos que regem a ordem evolutiva.

(E) o dogmatismo de quem exalta a espécie humana.

2. Atente para as seguintes afirmações:

I. A resposta à pergunta *De onde emergiu a consciência humana?* vem em favor da hipótese de que a inteligência seria um dom exclusivo da nossa espécie.

II. O texto faz crer que não há razão para se considerar que existam atributos exclusivos dos seres humanos.

III. Uma das características próprias da espécie humana seria, para alguns, a capacidade de agir em função de objetivos não imediatos.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) I e II.

(E) II e III.

3. No último parágrafo, o paralelo estabelecido entre chimpanzés e homens concorre para atestar o fato de que

(A) é típico da espécie humana o cooperativismo por interesse.

(B) nosso altruísmo vai além de um comportamento cooperativo.

(C) os homens desconhecem o interesse de reciprocidade.

(D) há outros primatas capazes de níveis elevados de cognição.

(E) mais de uma espécie é capaz de decifrar o estado mental do semelhante.

4. No contexto da frase *Aceita essa premissa, na última década, o foco da primatologia se deslocou para o estudo das características únicas dos seres humanos,* a expressão sublinhada deve ser entendida como

(A) consideração de uma hipótese.

(B) expressão de uma conseqüência.

(C) formulação de uma condição.

(D) afirmação de fato verificado.

(E) suposição a ser contraditada.



www.pciconcursos.com.br

5. As normas de concordância estão plenamente observadas na frase:

(A) Não se admitem que hajam nascido, em quaisquer outras espécies, seres capazes de compor sinfonias.

(B) Ressalte-se, no universo dos primatas, as ações que deixam claro seus interesses numa cooperação recíproca.

(C) Seguiu-se à aceitação da premissa do influente biólogo Ernst Mayr alguns deslocamentos no foco dos estudos de primatologia.

(D) A troca de recompensas imediatas por outras futuras alinham-se entre as características típicas da nossa espécie.

(E) Uma das peculiaridades dos verdadeiros altruístas consiste em buscarem decifrar a necessidade íntima do semelhante.

---

6. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

(A) Ainda que chimpanzés demonstrem algumas aptidões semelhantes às nossas, nenhuma equivalia ao desinteressado altruísmo humano.

(B) Tão logo se admitiu a premissa de Ernst Mayr, deslocara-se o foco principal dos estudos de primatologia.

(C) Uma vez que haja paciência para aguardar resultados promissores, o imediatismo será relegado a um segundo plano.

(D) Se houvesse altruísmo em outras espécies, perde-se um forte argumento em favor do diferencial humano.

(E) Caso os chimpanzés disponham de um nível elevado de cognição, não há por que considerar que não pudessem compor sinfonias.

---

7. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:

(A) Sequer deixaríamos de freqüentar à escola no caso de trocarmos a recompensa imediata por uma outra que só o futuro viesse a vislumbrar.

(B) Há muitos que argumentam de que mesmo entre os chimpanzés ocorre a paciência necessária, de acordo com as raízes evolutivas.

(C) Comportamentos altruístas ou mesmo desinteressados não se observa em todas as espécies, constituindo-se conforme peculiaridade humana.

(D) Evidências de comportamento cooperativo notam-se em outras espécies, mas apenas os seres humanos são capazes de um autêntico altruísmo.

(E) Não obstante Ernst Mayr tenha concluído de que a consciência humana emerge dos animais, o foco da primatologia estuda nossas características.

---

8. *Entender a inteligência de que tanto nos orgulhamos como resultado de milhões de anos de seleção natural obedece à lógica evolutiva (...).*

Os elementos sublinhados podem permanecer na frase acima caso se substitua

(A) *orgulhamos por **ufanamos** e obedece por **é acreditar.***

(B) *nos orgulhamos por **demonstramos** e obedece por **é dar fé**.*

(C) *nos orgulhamos por **lisonjeamos** e obedece por **acata**.*

(D) *nos orgulhamos por **vangloriamos** e obedece por **se pauta**.*

(E) *orgulhamos por **gabamos** e obedece por **revela adesão**.*

---

9. Está inteiramente correta a pontuação da seguinte frase:

(A) A realização de estudos com primatas não-humanos, tem revelado que a inteligência ao contrário do que se pensa, não é nosso dom exclusivo.

(B) A conclusão é, na verdade, surpreendente: a consciência humana, longe de ser um dom sobrenatural, emerge da consciência dos animais.

(C) Ernst Mayr, eminente biólogo do século passado não teve dúvida em afirmar que, a nossa consciência, é uma evolução da consciência dos animais.

(D) Sejam sinfonias sejam equações de segundo grau, há operações que de tão sofisticadas, não são acessíveis à inteligência de outros animais.

(E) O que caracteriza efetivamente o verdadeiro altruísmo, é o comportamento cooperativo que se adota, de modo desinteressado.

---

10. NÃO admite transposição para a voz passiva a construção verbal da seguinte frase:

(A) A inteligência está longe de ser um dom exclusivo da espécie humana.

(B) Os primatas não trocam a recompensa imediata por outra mais distante.

(C) O altruísmo autêntico sempre exige níveis elevados de cognição.

(D) Os chimpanzés manifestam gestos de inequívoca paciência.

(E) A premissa de Ernst Mayr obteve grande acolhimento no século passado.



www.pciconcursos.com.br

Atenção: As questões de números 11 a 16 referem-se ao texto que segue.

***Do abuso das palavras***

*Quando o célebre La Rochefoucauld disse que o amor-próprio é o princípio de todas as nossas ações, como a ignorância da verdadeira significação desse termo* amor-próprio *levantou pessoas contra esse ilustre pensador! Tomou-se o amor-próprio como orgulho e vaidade e imaginou-se, por conseguinte, que La Rochefoucauld colocava no vício a fonte de todas as virtudes. No entanto, era fácil perceber que o amor-próprio, ou o amor de si, não era outra coisa a não ser um sentimento gravado em nós pela natureza; que esse sentimento se transformava em cada homem em vício ou virtude, segundo os gostos e as paixões que o dominavam; e que o amor-próprio, diferentemente modificado, produzia igualmente o orgulho e a modéstia.*

*O conhecimento dessas idéias teria preservado La Rochefoucauld da censura tão repetida de que ele via a humanidade de modo por demais pessimista; na verdade, ele a conheceu tal qual ela é. Concordo com que a visão nítida da indiferença de quase todos os homens a nosso respeito é um espetáculo desolador para a nossa vaidade, mas, enfim, é preciso tomar os homens como são: irritar-se com os efeitos de seu amor-próprio é queixar-se dos aguaceiros da primavera, dos ardores do verão, das chuvas de outono e das geadas do inverno.*

(Helvétius, **Os Pensadores)**

Nota: La Rochefoucauld e Helvétius são pensadores franceses dos séculos XVII e XVIII, respectivamente.

11. De acordo com Helvétius, a afirmação de La Rochefoucauld a respeito do amor-próprio não foi compreendida porque as pessoas

(A) não admitiam que alguém pudesse desenvolver esse bom sentimento.

(B) não entendiam que esse sentimento era visto como um princípio natural.

(C) imaginavam que o orgulho e a vaidade fossem sinônimos entre si.

(D) preferiam crer que os homens não adquirem vícios ao longo da vida.

(E) não aceitavam que um sentimento tão nobre implicasse a degradação.

12. Comentando a afirmação de La Rochefoucauld a respeito do amor-próprio, Helvétius lembra que esse sentimento

(A) é um estigma que nos marca e nos impede de fazer escolhas morais.

(B) é o responsável por todas as ações das quais acabamos por nos arrepender.

(C) identifica as pessoas que demonstram alta preocupação ética em seus atos.

(D) desenvolve-se em nós consoante a natureza das diferentes paixões.

(E) é um efeito cultural irremovível e inevitável da vida em sociedade.

13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

(A) Há sempre forte oposição às idéias que ..... (**propagar**) um pensador implacável como La Rochefoucauld.

(B) O que resulta em virtudes ou vícios humanos ..... (**advir**) das formas pelas quais canalizamos nossos afetos.

(C) A um mais elevado comportamento moral do homem não ..... (**tolher**) apenas as fraquezas pessoais, mas também os impulsos da natureza.

(D) Não obstante não ..... (**deixar**) de haver opções em nosso caminho, os ditames da nossa natureza exercem um papel fundamental a cada escolha.

(E) Tantas recriminações ..... (**haver**) às idéias de La Rochefoucauld que Helvétius acabou se irritando com a ignorância das pessoas.

14. No contexto do segundo parágrafo, o segmento *mas, enfim, é preciso tomar os homens como são* pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido e a correção, por:

(A) porém, afinal de contas, é preciso tomá-los como são.
(B) portanto, e por fim, é preciso os tomar como sejam.
(C) no entanto, é preciso ainda tomá-los como são.
(D) porém, que fazer, é preciso tomar-lhes como são.
(E) no entanto, por isso, é preciso tomar-lhes como sejam.

15. Atente para as seguintes afirmações:

I. Todo homem tem amor-próprio.
II. O amor-próprio é uma marca da natureza.
III. As marcas da natureza são incontornáveis.

As afirmações acima articulam-se de modo claro, correto e coerente na frase:

(A) Sendo uma marca da natureza, todo homem tem amor-próprio, incontornável como os demais.

(B) Todo homem tem amor-próprio, que é uma das marcas da natureza, mesmo quando são incontornáveis.

(C) Por serem incontornáveis as marcas da natureza, o mesmo ocorre com todo homem que tem amor-próprio.

(D) Como marca da natureza, o amor-próprio é incontornável, tal como acontece com os homens.

(E) O amor-próprio, que tem todo homem, é uma marca da natureza, incontornável como as outras.



www.pciconcursos.com.br

16. O emprego e a grafia de todas as palavras estão corretos na frase:

(A) É difícil haver uma recepção concensual do sentido das palavras: Helvétius surprendeu-se com o atribuído a *amor-próprio*.

(B) O mal entendimento do termo *amor-próprio* concitou Helvétius a investir contra os detratores de La Rochefoucauld.

(C) Mesmo o mais exitoso filósofo tem de enfrentar os empecilhos criados por pessoas sem qualquer envergadura intelectual.

(D) La Rochefoucauld, celebrizado por seu verve de humor, criou máximas que transporam as fronteiras do tempo e do espaço.

(E) As pessoas indignadas, que assacavam as idéias de La Rochefoucauld, justificavam o fato alegando ser o filósofo um nilista impedernido.

Atenção: As questões de números 17 a 20 referem-se ao texto que segue.

**[*Sobre o romance* Galvez, Imperador do Acre, *de Márcio Souza]***

*A paisagem pode ser luxuriante, intrincada, retorcida, mas o romancista recusa-lhe as lianas do aparato verbal. Pretende antes de tudo caricaturar as aventuras do ciclo da borracha, sem convocar adjetivos para compor estrondos estilísticos.*

*Nem as lendas do inferno verde, nem as lendas do celeiro mundial. O romancista Márcio Souza prefere o retrospecto irônico, que às vezes faz espocar um sarcasmo, como as rolhas de champanha francês e os foguetes anunciadores do advento do século XX nos confins do Acre. Cearenses ocuparam a região duas vezes maior que Portugal. No dizer do autor, "empurraram a fronteira com a própria miséria". E dali vem a mais fina borracha que resulta em contas bancárias na Suíça, temporadas líricas, bordéis tumultuosos, tangos e maxixes ao piano, diamantes a faiscarem no colo farto de damas pelintras.*

(Hélio Pólvora, revista **VEJA**)

17. Em seu comentário crítico, Hélio Pólvora afirma que o romance em questão desenvolve-se

(A) numa linguagem inspirada na exuberância da realidade representada.

(B) num estilo fielmente colado ao dos documentos históricos sobre a região.

(C) na imaginação fantasiosa e crítica com a qual o autor narra sua vida.

(D) numa narração marcada por humor muitas vezes ácido e caricaturesco.

(E) no discurso borbulhante e retórico dos novos ricos da região.

18. Atente para as seguintes afirmações:

I. *Lianas do aparato verbal* e *estrondos estilísticos* são recursos recusados pela linguagem de Márcio Souza em seu romance.

II. Expressões como *inferno verde e celeiro mundial* conotam visões estereotipadas da região amazônica.

III. O verbo *espocar* é utilizado em mais de um sentido, no contexto do segundo parágrafo.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) III, apenas.

19. Considerando-se o contexto, têm sentido contrastante os seguintes elementos:

(A) *luxuriante e intrincada.*

(B) *caricaturar e espocar um sarcasmo.*

(C) *temporadas líricas e a própria miséria.*

(D) *bordéis tumultuosos e damas pelintras.*

(E) *champanha francês e foguetes anunciadores.*

20. A forma **por que** preenche corretamente a lacuna da frase:

(A) Os cearenses expandiram as fronteiras ..... movidos pelas mais duras necessidades.

(B) Um dos motivos ..... Hélio Pólvora se agradou desse romance é a visão original do autor.

(C) Márcio Souza decidiu-se pelo humor ..... se dispôs a fazer de seu livro uma sátira histórica.

(D) O livro de Márcio Souza fez sucesso pela inteligência e pelo humor, não há outro ..... .

(E) Muitos se escandalizaram com romance, mas se recusaram a dizer o ..... .



www.pciconcursos.com.br

**Controle Externo**

21. Considere as seguintes afirmativas.

I. Compete ao Tribunal de Contas do Estado julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

II. Aplicar aos responsáveis, em caso de legalidade de despesa, irregularidade de contas ou cumprimento de suas decisões, as sanções administrativas e pecuniárias, previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário e inabilitação temporária do agente administrativo para o exercício de determinadas funções.

III. As decisões do Tribunal de Contas do Estado de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.
(B) I e II.
(C) I.
(D) II e III.
(E) III.

22. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer ocorrência irregular ou ilegal ou ofensa aos princípios da Administração Pública, delas darão ciência

(A) ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

(B) à Assembléia Legislativa, sob pena de responsabilidade solidária.

(C) ao Tribunal de Contas do Estado, quando julgarem oportuno.

(D) ao Tribunal de Contas do Estado, à Assembléia Legislativa e ao Ministério Público, nessa ordem, sob pena de responsabilidade solidária.

(E) ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

23. A solicitação para prestar os esclarecimentos necessários, dirigida à autoridade responsável, diante de indícios de despesas não-autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não-programados ou de subsídios não-aprovados, conforme Constituição do Estado do Amazonas, poderá ser exercida

(A) pelo Controle Interno do Poder Executivo.
(B) pelo Poder Judiciário.
(C) pelo Ministério Público.
(D) pela Assembléia Legislativa.
(E) pelo Tribunal de Contas do Estado.

24. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Amazonas, compete às Câmaras

(A) aprovar, alterar, deliberar e revogar o Regimento Interno, bem como a Lei Orgânica do Tribunal.

(B) solicitar ao Tribunal Pleno que ordene a realização de inspeções extraordinárias.

(C) propor à Assembléia Legislativa a criação ou extinção de cargos de seu quadro e do quadro do Ministério Público e a fixação da respectiva remuneração.

(D) habilitar responsável por controle interno, e emitir declaração de idoneidade de licitante.

(E) deliberar sobre matéria de ordem e de serviços do Tribunal e sobre questões administrativas em geral, mediante proposta de qualquer Conselheiro.

25. Considere as seguintes finalidades do sistema de controle interno, contidas na Constituição Federal, que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter de forma integrada:

I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, Distrito Federal, Estado e Municípios.

II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

III. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

26. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas pelo Presidente da República

(A) anualmente mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

(B) anualmente mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.

(C) semestralmente mediante parecer que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.

(D) trimestralmente mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

(E) semestralmente mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.



www.pciconcursos.com.br

27. Deverá prestar contas da utilização, arrecadação, guarda, gerenciamento ou administração de dinheiros, bens e valores públicos pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária

(A) a pessoa jurídica de direito público, apenas.
(B) qualquer pessoa jurídica, pública ou privada, apenas.
(C) a pessoa jurídica de direito privado, apenas.
(D) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada.
(E) os órgãos da administração centralizada, apenas.

28. Considerando a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Amazonas, considere as afirmativas abaixo:

I. As empresas públicas não-revestidas da forma de sociedade anônima remeterão ao Tribunal suas contas anuais, no máximo, até 60 (sessenta) dias após o encerramento dos respectivos exercícios financeiros.

II. Os processos de prestação ou de tomada de contas e tomada de contas especial da administração direta serão encaminhados ao Tribunal de Contas pela autoridade responsável, e os referentes às entidades da administração indireta, das fundações instituídas pelo Poder Público e dos fundos, pela autoridade a que estiverem vinculados.

III. As Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas que se revistam da forma de Sociedade Anônima apresentarão ao Tribunal suas contas anuais, até 30 (trinta) dias antes da realização da Assembléia em que devam ser apreciadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III.
(B) II e III.
(C) II.
(D) I e II.
(E) I.

29. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, que tornar materialmente impossível o julgamento de mérito, conforme previsto no artigo 22 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, as contas serão consideradas

(A) inapreciáveis.
(B) irregulares.
(C) injustificavéis.
(D) irrecuparáveis.
(E) iliquidáveis.

30. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Amazonas, as contas serão julgadas regulares com ressalvas quando

(A) evidenciarem prática de ato ilegal, ilegítimo, antieconômico ou grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

(B) expressarem falta de natureza formal, ato ilegítimo, ou infração às normas contábeis e desvio de recursos públicos.

(C) evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.

(D) expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.

(E) o caso for fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, ou tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.

**Direito Constitucional**

31. Na hipótese de intervenção do Estado em um Município para prover a execução de lei, o decreto de intervenção

(A) deverá ser precedido de provimento de representação pelo Superior Tribunal de Justiça.

(B) deverá, obrigatoriamente, ser apreciado pela Assembléia Legislativa, que será convocada no prazo de 24 horas, se não estiver funcionando.

(C) dependerá de requisição do Tribunal de Justiça ao Governador do Estado, que nomeará interventor no prazo de 24 horas.

(D) será editado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, que o submeterá ao Plenário da Casa no prazo de 24 horas.

(E) limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade, dispensada a apreciação pela Assembléia Legislativa.

32. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da liberdade de associação:

I. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

II. A criação de associação independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

III. As associações somente poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

IV. As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial e extrajudicialmente, independentemente de autorização.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) III e IV.

33. Nos termos da Constituição da República e da lei que rege a matéria, a súmula de efeito vinculante

(A) tem eficácia imediata, mas o Presidente do Supremo Tribunal Federal poderá decidir que terá eficácia a partir de outro momento, se presentes razões de segurança jurídica.

(B) dependerá de decisão tomada pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, para ser editada, revista ou cancelada.

(C) poderá ser editada pelo Supremo Tribunal Federal a partir de proposição de Governador de Estado ou de Mesa de Assembléia Legislativa.

(D) será automaticamente revogada, na hipótese de modificação da lei em que se fundou sua edição.

(E) terá seu procedimento de edição, revisão ou cancelamento regido, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.



www.pciconcursos.com.br

34. A vedação constitucional de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que publicada a lei que os criou ou instituiu NÃO se aplica ao imposto sobre

(A) propriedade de veículos automotores.

(B) renda e proventos de qualquer natureza.

(C) transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.

(D) produtos industrializados.

(E) propriedade predial e territorial urbana.

35. Sobre os Tribunais de Justiça estaduais, estabelece a Constituição da República que

(A) sua competência será definida na Constituição do Estado e na lei de organização judiciária, sendo esta de iniciativa privativa do Governador do Estado.

(B) terão competência para o julgamento de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição da República.

(C) poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras Regionais, para assegurar aos jurisdicionados acesso a todas as fases do processo.

(D) instalarão justiça itinerante, exclusivamente para a realização de audiências, nos limites territoriais das respectivas jurisdições.

(E) proporão a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias, devendo em tais casos o juiz estar sempre presente no local do litígio.

36. Ao dispor sobre matéria de finanças públicas, prevê a Constituição da República que

(A) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, excetuados os créditos suplementares e especiais, destinados a órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma estabelecida em lei.

(B) a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, somente poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente e autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

(C) a abertura de créditos suplementares ou especiais somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de comoção interna ou calamidade pública, mediante delegação legislativa.

(D) nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

(E) independe de autorização legislativa específica a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.

37. Sobre o processo de elaboração de emendas à Constituição da República, é INCORRETO afirmar que

(A) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada somente poderá ser objeto de nova proposta na legislatura subseqüente à da rejeição.

(B) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou intervenção federal.

(C) a proposta de emenda será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

(D) a proposta de emenda será discutida e votada, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.

(E) o Presidente da República pode, isoladamente, apresentar proposta de emenda à Constituição.

38. O financiamento da seguridade social por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de contribuições sociais enumeradas na Constituição da República, esteia-se no princípio constitucional da

(A) universalidade da cobertura e do atendimento.

(B) diversidade da base de financiamento.

(C) seletividade e distributividade na prestação de benefícios.

(D) irredutibilidade do valor dos benefícios.

(E) descentralização da administração, mediante gestão quadripartite.

Instruções: Nas questões de números 39 e 40, são feitas duas afirmações. Assinale, na folha de respostas,

(A) se as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.

(B) se as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.

(C) se a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.

(D) se a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

(E) se as duas são falsas.

39. A lei não poderá estabelecer condições para o exercício de atividade econômica, salvo para disciplinar, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro

PORQUE

A Constituição da República assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, sem ressalvas.

40. A Constituição do Estado do Amazonas estabelece que, em matéria de legislação concorrente, diante da inexistência de lei federal, ou se esta for omissa, quanto ao aspecto regional, o Estado exercerá a competência legislativa plena

PORQUE

A Constituição da República prevê que, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

**Direito Administrativo**

41. O artigo 37 da Constituição federal estabelece que a Administração Pública obedecerá aos princípios da “legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Essa enumeração

(A) apresenta os princípios ordenados hierarquicamente entre si.

(B) não esgota os princípios constitucionais da Administração Pública.

(C) consiste em regra de observância facultativa pela Administração Pública, dada a natureza peculiar dos princípios.

(D) apresenta princípios aplicáveis apenas à Administração Direta.

(E) contém princípios cuja aplicabilidade depende da edição de legislação complementar.



www.pciconcursos.com.br

42. "A natureza de ..... conferida à Agência é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira".

Esse texto de lei, referente a uma das agências reguladoras brasileiras, tem sua lacuna corretamente completada pela expressão:

(A) autarquia especial.
(B) entidade paraestatal.
(C) empresa pública.
(D) entidade da Administração Direta.
(E) fundação pública.

43. Caracteriza um ato administrativo como discricionário

(A) a desnecessidade de sua motivação.

(B) a margem de escolha quanto a aspectos de conveniência e oportunidade do ato, deixada legalmente ao administrador.

(C) sua impossibilidade de controle judicial.

(D) sua impossibilidade de anulação, salvo a pedido do interessado.

(E) sua impossibilidade de revogação de ofício.

44. É regra comum à modalidade de licitação conhecida como pregão e às modalidades tradicionais da Lei nº 8.666/93 (concorrência, tomada de preços e convite) a

(A) possibilidade de os licitantes alterarem verbalmente suas propostas de preço.

(B) não existência da fase de classificação.

(C) possibilidade de adoção, como critério de julgamento, do menor preço, ou da técnica e preço, ou da melhor técnica.

(D) existência da fase de habilitação.

(E) impossibilidade da apresentação de recursos administrativos.

45. É cláusula típica do regime dos contratos administrativos a

(A) modificação unilateral do contrato, nos limites da lei, por parte da Administração ou do contratado.

(B) fiscalização da execução contratual pela Administração, mediante autorização judicial.

(C) rescisão unilateral do contrato, nos termos da lei, pela Administração, independentemente de decisão judicial.

(D) aplicação, pela Administração, de sanções por inexecução contratual, mediante decisão judicial.

(E) ocupação provisória de bens e serviços do contratado, pela Administração, mediante previsão em lei específica caso a caso.

46. Nos termos da Constituição federal, como regra, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Uma das exceções a essa regra, quando houver compatibilidade de horários, é a de

(A) dois cargos de professor com um de profissional da saúde.

(B) dois cargos de profissional da saúde com um de professor.

(C) dois cargos privativos de profissionais da segurança pública.

(D) dois cargos privativos de profissionais de saúde, com outro técnico ou científico.

(E) um cargo de professor com outro técnico ou científico.

47. É item estranho ao rol de direitos dos usuários de serviços públicos, nos termos da lei geral sobre concessões,

(A) receber serviço adequado.

(B) receber do poder concedente informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos.

(C) receber da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos.

(D) receber o serviço, observados os princípios da universalidade, gratuidade e continuidade.

(E) obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente.

48. Não se aplica aos consórcios públicos, nos termos da legislação federal pertinente, a regra segundo a qual

(A) o consórcio será constituído por contrato.

(B) a constituição do consórcio depende de prévia subscrição de protocolo de intenções.

(C) a União pode participar de consórcios com Estados, ou com Municípios, ou com Estados e Municípios.

(D) a constituição do consórcio envolve ratificação, mediante lei, dos entes consorciados.

(E) o consórcio pode adquirir personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.

49. A regra constitucional da imprescritibilidade dos bens públicos

(A) não tem exceção.

(B) tem por exceção as terras devolutas.

(C) tem por exceção os bens dominicais.

(D) tem por exceção as terras improdutivas.

(E) tem por exceção os bens adquiridos como pagamento de dívidas.

50. Conforme evolução doutrinária da matéria, a responsabilidade objetiva do Estado por danos causados a terceiros, hoje prevista no Direito brasileiro, tem por fundamento a teoria

(A) da culpa do servidor.

(B) da culpa do serviço.

(C) da responsabilidade subsidiária.

(D) da irresponsabilidade.

(E) do risco.



www.pciconcursos.com.br

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Auditoria Governamental

51. A empresa de Auditoria Garantia solicitou a seu cliente que realizasse, com seu consultor jurídico, a circularização de seus processos e litígios em andamento. O auditor, não se sentindo seguro em relação à posição por este apresentada, recomendou à empresa uma segunda opinião de consultor jurídico independente, o qual se recusou a emitir opinião. Desta forma, o auditor deve

(A) expedir o parecer sem ressalva respaldando-se na posição do primeiro consultor jurídico.

(B) emitir o parecer com ressalva porque representa uma limitação na extensão da auditoria.

(C) determinar que sejam evidenciados em notas explicativas os reflexos que a demonstração sofreria.

(D) estabelecer a relevância do fato e, caso não tenha representatividade, desconsiderá-lo.

(E) emitir parecer com abstenção de opinião, independentemente da relevância do fato.

---

52. O auditor interno, ao desenvolver trabalho na área de recursos humanos, constatou, na base de cálculo da folha de pagamentos do mês, o nome de funcionário desligado da empresa há quatro meses. O auditor interno emitiu relatório parcial para informar à administração da empresa a irregularidade e permitir que medidas corretivas fossem realizadas. Com base nas normas de auditoria interna, o auditor

(A) deveria ter aguardado o término dos trabalhos para elaborar o relatório.

(B) tem a opção de informar ou não os fatos apurados à administração da empresa.

(C) está obrigado a proceder a comunicação verbal de fatos desta natureza e informá-los, posteriormente, em relatório final.

(D) procedeu corretamente em conformidade com as normas de emissão dos relatórios de auditoria interna.

(E) observou que nas normas relativas ao relatório de auditoria interna não há previsão de procedimentos a serem aplicáveis nesses casos.

---

53. Pela metodologia COSO (*The Comitee of Sponsoring Organizations)*, ao avaliar o risco o auditor deve classificá-lo quanto à

(A) probabilidade e ao nível de ocorrência.

(B) freqüência de ocorrência e à relevância.

(C) materialidade e à subjetividade.

(D) área de ocorrência e à relevância.

(E) natureza e à área de ocorrência.

54. De acordo com o INTOSAI, Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, além de atividades de controle, informação e comunicação, são componentes de controle interno:

(A) eliminação do risco, ambiente de gestão e acompanhamento eventual.

(B) mitigação do risco, atividades de processo, divulgação, ambiente de controle e acompanhamento contínuo.

(C) avaliação do risco, ambiente de controle e acompanhamento contínuo.

(D) gestão do risco, ambiente de controle e acompanhamento permanente.

(E) maximização do risco, ambiente de risco e acompanhamento periódico.

---

55. O auditor externo ao realizar procedimento de conferência dos valores de depreciação, calculados sobre o imobilizado da empresa, constata que o cálculo estava incorreto, tendo sido utilizado taxa menor do que a permitida. Nesse caso, o saldo da conta de

(A) Imobilizado está subavaliado.

(B) Custo das Mercadorias Vendidas está superavaliado.

(C) Estoques de Produtos Acabados está superavaliado.

(D) Depreciação Acumulada está subavaliado.

(E) Despesa de Depreciação está superavaliado.

---

56. O auditor, ao ser designado para proceder auditoria para avaliar se as normas da empresa estão efetivamente sendo aplicadas por seus colaboradores, estará realizando conceitualmente uma auditoria de

(A) áreas operacionais.

(B) conformidade.

(C) demonstrações contábeis.

(D) sistemas financeiros.

(E) atividades de detecção de fraude.

---

57. Ao utilizar o método de amostragem estatística em substituição ao não-estatístico para a seleção de base de dados, o auditor está reduzindo a possibilidade de risco de

(A) controle decorrente da utilização de critérios aleatórios.

(B) detecção por não utilizar critérios probabilísticos e não-probabilísticos conjuntamente.

(C) seleção originada do direcionamento da amostra para uma escolha conduzida.

(D) informação devido à falta de critério na seleção pelo método não-estatístico.

(E) amostragem decorrente da não utilização das leis de probabilidades.



www.pciconcursos.com.br

58. A empresa Contesta S.A., após o encerramento do balanço e a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, foi informada pelos seus advogados que uma causa tributária, questionando a cobrança da COFINS, havia sido julgada improcedente em sua totalidade. Esta causa representa um ajuste relevante nas provisões constituídas, que não havia considerado a possibilidade de perda. A divulgação das demonstrações demorou mais de um mês, em virtude do atraso de sua Assembléia Geral. Desta forma, a administração deve

(A) atualizar as demonstrações contábeis para que reflitam a posição adequada reconhecendo o evento.

(B) determinar a inclusão de nota explicativa apresentando nas demonstrações contábeis os efeitos do evento.

(C) desconsiderar toda a provisão efetuada e contratar novo consultor jurídico para fornecer parecer sobre as causas e os processos.

(D) estabelecer que a auditoria complemente os trabalhos e ressalve o parecer.

(E) manter as demonstrações e publicá-las, por já ter ocorrido a autorização para a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

59. Em conformidade com as normas de Ética do INCOSAI, considere:

I. Quando o auditor dedicar-se a atividades políticas deve se afastar das atividades profissionais, ainda que tenha certeza de que o fato não afetará o seu desempenho e a imparcialidade de suas decisões e obrigações profissionais.

II. O auditor pode prestar serviços à empresa auditada, desde que não gere conflitos de interesses com os trabalhos de auditoria.

III. Os auditores deverão proteger sua independência, evitar qualquer possibilidade de conflito de interesses e o recebimento de quaisquer gratificação ou remuneração que deixem em dúvida sua independência.

Está correto o que se afirma em

(A) III, apenas.
(B) II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.
(E) I, apenas.

60. Em relação às normas e procedimentos de auditoria considere:

I. Os papéis de trabalho devem ser preparados manualmente e quando o auditor utilizar *softwares* desenvolvidos para microcomputadores deve ter autorização especial para aceitação destes papéis de trabalho.

II. O procedimento mais comum utilizado para confirmação da existência física dos ativos fixos da empresa é o teste de circularização.

III. O relatório do auditor deve conter opiniões isentas, suas análises devem se ater aos dados e informações levantadas, seu parecer deve ser imparcial, objetivo e sucinto.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I, II e III.
(C) I, apenas.
(D) II, apenas.
(E) III, apenas.

**Administração Financeira e Orçamentária**

61. Assinale a alternativa correta.

(A) A lei de diretrizes orçamentárias é plano de médio prazo e subsidia a elaboração do plano plurianual.

(B) O plano plurianual, aprovado mediante decreto executivo, antevê quadro trienal de receitas e despesas de capital.

(C) A lei orçamentária anual prevê critérios de limitação de empenho toda vez que a receita evoluir abaixo do esperado.

(D) A lei de diretrizes orçamentárias prescreve condições para a Administração transferir recursos a entidades privadas.

(E) Os anexos de metas e riscos fiscais compõem a lei orçamentária anual.

62. Emendas legislativas ao orçamento podem financiar-se mediante anulação de dotações vinculadas a

(A) serviços de terceiros.

(B) repasses ao INSS, FGTS e regime próprio de previdência.

(C) juros, encargos e principal da dívida.

(D) despesas de pessoal.

(E) transferências tributárias constitucionais.

63. No planejamento do orçamento-programa, a estimativa da receita baseia-se na

(A) arrecadação havida no exercício imediatamente anterior.

(B) receita executada nos dois últimos exercícios e na inflação projetada para o ano seguinte.

(C) arrecadação dos três últimos exercícios e no crescimento esperado para a economia.

(D) receita coletada nos três anos anteriores e no desempenho médio das receitas próprias.

(E) receita corrente, exclusivamente, pois a de capital é imprevisível.

64. Tendo em vista os princípios orçamentários, é correto afirmar que

(A) a contabilização pelo valor líquido atende ao princípio de racionalidade.

(B) as fundações públicas, desde que independentes do erário central, não precisam integrar o orçamento.

(C) as dotações globais atendem ao princípio da especificidade da despesa pública.

(D) vincular imposto à despesa não contraria qualquer princípio de orçamento.

(E) a autorização para abertura de créditos suplementares excepciona, na lei orçamentária, o princípio da exclusividade.



www.pciconcursos.com.br

65. No âmbito da receita pública,

(A) as receitas correntes nunca podem superar as despesas correntes.

(B) as receitas de capital são integradas por operações de crédito, receitas patrimoniais e receitas agropecuárias.

(C) as receitas tributárias são compostas por impostos, taxas e contribuições a outros níveis de governo.

(D) os rendimentos de aplicação financeira são classificados como receita patrimonial.

(E) a receita da dívida ativa jamais se desdobra nas categorias tributária e não-tributária.

66. Na classificação funcional da despesa, a categoria denominada projeto está relacionada

(A) às ações que se realizam de modo contínuo e permanente, voltadas à operação normal da máquina pública.

(B) às operações limitadas no tempo, que resultam em produto voltado à expansão ou ao aperfeiçoamento da ação de governo.

(C) às obras e serviços de engenharia, divididos nas categorias básico e executivo.

(D) às despesas que não contribuem para a manutenção do aparato estatal tampouco para a geração de um novo produto governamental.

(E) ao maior nível de agregação das diversas áreas de atuação governamental.

67. Na classificação funcional, a despesa pública obedece à seguinte hierarquia:

(A) função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial.

(B) função, subprograma, programa, projeto e atividade.

(C) programa, categoria econômica, natureza de despesa e elemento.

(D) órgão orçamentário, unidade orçamentária e unidade de despesa.

(E) categoria, natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento.

68. São contas típicas do Balanço Patrimonial:

(A) Inscrição em Dívida Ativa e Alienação de Bens Móveis.

(B) Bancos e Mutações Patrimoniais.

(C) Disponível do Exercício Anterior e Saldo Financeiro para o ano seguinte.

(D) Créditos Orçamentários e Suplementares.

(E) Bens Móveis e Restos a Pagar.

**Administração Pública**

69. Em decorrência da aplicação do princípio da subsidiariedade, várias tendências em relação ao Estado podem ser apontadas, dentre elas,

I. diminuição do tamanho do estado pela privatização de empresas públicas.

II. ampliação da atividade de fomento e incentivo à iniciativa privada de interesse público.

III. desregulação dos serviços públicos.

IV. ampliação da atuação de entidades da administração indireta.

V. mudança na noção de interesse público, que passa a ser entendido como interesse dos cidadãos e não como interesse da máquina administrativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II, III e IV.
(B) I, II, III e V.
(C) I e V.
(D) II e III.
(E) III e IV.

70. Nos anos 1990, a administração pública brasileira passou por um processo de mudanças, de um modelo burocrático, no qual a ênfase recaía no controle formal de processos, para um modelo de administração gerencial, com ênfase no controle de resultado. O diagnóstico dos problemas organizacionais do chamado aparato do estado, e os objetivos dessa mudança no governo federal foram apresentados no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995. A estratégia de transição para uma administração pública gerencial definida no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado contemplava um programa de "publicização" dos serviços não-exclusivos do Estado com objetivos de

I. transferir para o setor público não-estatal serviços não-exclusivos do setor estatal.

II. privatizar empresas estatais.

III. obter uma maior parceria entre o estado e a sociedade.

IV. criar agências autônomas.

V. aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, III e V.
(B) I, II e III.
(C) II e IV.
(D) II, III e IV.
(E) II e IV.

71. A Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas possui competência formal para arrecadar impostos estaduais e fiscalizar os contribuintes. Considerando os quatro setores do aparelho do estado, tal como definidos no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995, essas competências estão contempladas

(A) na produção de bens para o mercado.
(B) no núcleo estratégico.
(C) nas atividades exclusivas.
(D) nos serviços públicos não-exclusivos.
(E) na produção de serviços para o mercado.



www.pciconcursos.com.br

72. De acordo com o conceito da Administração Pública gerencial, os resultados da ação do Estado são bons porque os processos administrativos atendem às necessidades do cidadão. Este conceito está inserido no princípio constitucional da

(A) descentralização.
(B) desconcentração.
(C) efetividade.
(D) eficiência.
(E) eficácia.

73. Na estrutura da Administração Pública brasileira, há distinção entre a Administração direta e a indireta.

Dentre as entidades da Administração indireta incluem-se as

I. sociedades de economia mista.
II. organizações sociais.
III. empresas públicas.
IV. fundações públicas.
V. agências executivas.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I e III.
(C) I, III e IV.
(D) II, III e V.
(E) III, IV e V.

74. O exercício de alguns serviços não-exclusivos por parte de entidades integrantes do terceiro setor segue o modelo das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). De acordo com a Lei Federal 9.790 de 23/03/1999, a qualificação como Oscip depende de requisitos, dentre os quais a finalidade da entidade.

As finalidades que permitem a qualificação Oscip são:

I. experimentação não-lucrativa de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.
II. ensino.
III. ações de promoção de saúde.
IV. estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.
V. promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, IV e V.
(C) II e III.
(D) II, III e IV.
(E) II, III e V.

75. A Administração Pública vem se valendo de diferentes organizações e instrumentos para formalização de parcerias com o setor privado, visando a consecução de fins de interesse público; a execução de serviços públicos a particulares; fomento à iniciativa privada de interesse público; cooperação do particular na execução de atividades própria da Administração Pública e desburocratização. Nesse sentido, o instrumento destinado à formação de vínculo de cooperação entre o Poder Público e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip é

(A) o Contrato de gestão.
(B) o Convênio.
(C) o Acordo de Programa.
(D) a Concessão de serviço público.
(E) o Termo de parceria.

76. Constata-se uma progressiva descentralização da ação estatal, aproximando e propiciando uma maior participação dos cidadãos no processo decisório das políticas públicas. Uma mudança na Administração Pública para atender a essa forma de atuar deveria contemplar, dentre outros, aos seguintes princípios:

I. Subsidiariedade.
II. Flexibilidade organizacional.
III. Criação de Agência Executiva.
IV. Controle a *posteriori*.
V. Criação de entes da administração indireta.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, II e IV.
(C) I, III e IV.
(D) II, IV e V.
(E) III, IV e V.

**Contabilidade Geral**

77. São contas pertencentes ao Ativo Permanente Intangível:

(A) Concessões, Direitos sobre Recursos Minerais e Patentes.
(B) Derivativos, Direitos sobre Recursos Minerais e Reflorestamento.
(C) Reflorestamento, Benfeitorias em Propriedades de Terceiros e Patentes.
(D) Benfeitorias em Propriedades de Terceiros, Derivativos e Concessões.
(E) Sistemas e Aplicativos, Reflorestamento e Direitos sobre Recursos Minerais.

78. Na Demonstração dos Fluxos dos Caixas pelo método indireto, para a determinação do caixa efetivamente gerado pelas operações é necessário adicionar ao Resultado Líquido apurado no exercício

(A) o resultado positivo de equivalência patrimonial e o aumento do saldo da conta clientes.
(B) o valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa e os ganhos com alienação de imobilizados.
(C) as depreciações do período e as variações cambiais apropriadas aos saldos de exigíveis de longo prazo.
(D) os dividendos distribuídos e creditados no exercício e os ganhos com alienação de investimentos.
(E) as reduções nos saldos das contas dos Passivos Circulantes e de Longo prazo vinculadas às operações.



www.pciconcursos.com.br

79. O Conselho Fiscal

I. não é responsável por analisar trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas pela companhia.

II. convocará a Assembléia Geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de sessenta dias essa convocação.

III. deverá ter em sua composição no máximo cinco membros titulares e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) I.
(D) II.
(E) III.

80. Classifica-se como Reserva de Capital

(A) o prêmio recebido na emissão de debêntures.

(B) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição.

(C) o ajuste de ativo pelo valor de mercado, com realização financeira após o término do exercício social seguinte.

(D) o valor total obtido na emissão das ações sem valor nominal.

(E) as contrapartidas de aumentos ou diminuição de valor atribuído a elementos do ativo.

81. Na determinação do Resultado Líquido do Exercício NÃO computam-se

(A) as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados.

(B) os rendimentos ocorridos no período, independentemente da sua realização em moeda.

(C) as transferências para reservas e os dividendos distribuídos no período.

(D) as apropriações de valores relativos aos adiantamentos de clientes quando efetivamente ganhos no período.

(E) as despesas, os encargos financeiros e as perdas, pagos ou incorridos.

82. São contas de resultado:

(A) Depósitos para Garantias a Termo.
(B) Prêmios de Seguros Antecipados.
(C) Depósitos Restituíveis.
(D) Gastos Pré-Operacionais.
(E) Variações Monetárias de Obrigações e Créditos.

83. A verificação de perdas de valor de mercado dos estoques e o respectivo registro da provisão correspondem a um

(A) fato modificativo diminutivo.
(B) ato de permuta de valor.
(C) fato misto aumentativo.
(D) ato de gestão administrativa.
(E) fato permutativo.

84. A legislação societária estabelece que

I. as Demonstrações do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido são obrigatórias a todas as sociedades anônimas, sejam elas abertas ou fechadas.

II. as Demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

III. a apresentação da Demonstração dos Fluxos dos Caixas não é obrigatória para as companhias fechadas com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a dois milhões de reais.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II.
(E) II e III.

**Análise das Demonstrações Contábeis**

85. Nos procedimentos para a determinação do Ebitda, são efetuados ajustes no valor do lucro

(A) líquido do exercício, adicionando-lhe o resultado líquido não-operacional e o valor das depreciações e amortizações.

(B) operacional do exercício deduzido deste as provisões e participações que não se configuram como despesas, exceto as provisões tributárias.

(C) depois da provisão do imposto de renda e contribuições, acrescentando-lhe o resultado líquido financeiro, se este for positivo.

(D) operacional, adicionando-lhe o valor das depreciações, amortizações e despesas financeiras.

(E) antes do imposto de renda e das contribuições, acrescentando-lhe o resultado não-operacional somente se este for negativo.

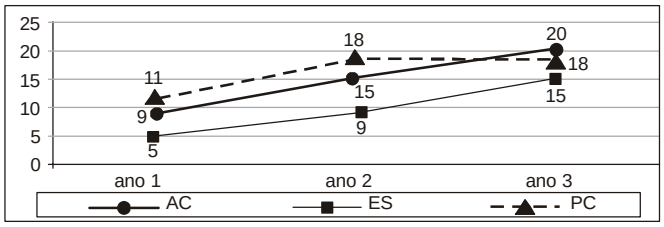
86. Os dados da Cia. Alvorecer apontam a obtenção de R$ 15.000,00 de lucro líquido em 2007 e o Capital Social formado por 100.000 ações com valor nominal de R$ 1,00/ação. Se nesse período os investidores estão dispostos a pagar 20 vezes mais pelo lucro por ação esperado, o preço unitário por ação a ser vendida é

(A) R$ 20,00
(B) R$ 15,00
(C) R$ 3,00
(D) R$ 1,50
(E) R$ 0,15



www.pciconcursos.com.br

Instruções: O gráfico apresenta a evolução trienal dos itens: (AC) Ativo Circulante, (ES) Estoques e (PC) Passivo Circulante da Cia. Vento Norte. Com base na disposição dos dados, responda às questões de números 87 a 89.




87. O valor do Capital Circulante Líquido

(A) é positivo no ano 2.
(B) do ano 3 é o maior da série.
(C) do ano 1 é o menor da série.
(D) do ano 2 é maior do que o do ano 1.
(E) tem valor negativo no ano 3.

88. O Índice de Liquidez Seca

(A) no ano 2 atinge o menor valor.
(B) atinge o maior valor no ano 3.
(C) menor do período é o do ano 3.
(D) do ano 3 é maior que o do ano 2.
(E) tem o seu menor valor no ano 1.

89. No setor em que a Cia. Vento Norte atua, a média do Índice de Liquidez Corrente é 1,0. Em relação a esse índice é correto afirmar que

(A) em todos os anos os índices da empresa são superiores à média do setor.
(B) apenas no ano 1 o índice da empresa supera a média do setor.
(C) só no ano 2 a empresa apresentou um índice menor que a média do setor.
(D) todos os índices da empresa são inferiores à média do setor.
(E) no ano 3 a empresa superou a média do setor.

90. Uma empresa do setor de bens de capital possui 20 milhões de reais em ativos totais compostos por: 40% em ativo operacional, 50% em ativos circulantes e 10% em ativos de longo prazo. O volume das vendas para que se verifique um giro dos ativos de 2,5 deverá ser, em milhões de reais, igual a

(A) 50
(B) 45
(C) 25
(D) 20
(E) 10

Instruções: Considere os dados abaixo para responder às questões de números 91 e 92.

Em 2006 foram fornecidas as seguintes informações sobre a Cia. Rio Negro (valores em R$).

I. Dados relativos à apuração dos resultados no período

| | |
|---|---|
| Receitas de Vendas | 40.000 |
| Custo dos Produtos Vendidos | (21.500) |
| Despesas de Vendas | (5.500) |
| Administrativas | (4.500) |
| Gerais | (3.000) |
| Depreciações | (1.500) |
| Despesas Financeiras | (3.000) |
| Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social | (300) |
| Resultado Líquido | 700 |

II. Dados Financeiros Complementares

| | |
|---|---|
| Capital Operacional Total dos Investidores | 10.000 |
| Impostos incidentes s/ Capital Operacional de Investidores | 10% |
| Capital Próprio | 4.000 |
| Capital Fixo | 6.000 |
| Impostos incidentes sobre as fontes de recursos | 5% |
| Capital Circulante | 2.000 |

91. O valor do *Economic Value Aded – EVA* é

(A) 100
(B) 200
(C) 300
(D) 400
(E) 600

92. O retorno do Patrimônio Líquido é

(A) 0,070
(B) 0,140
(C) 0,117
(D) 0,175
(E) 0,350

**Contabilidade Pública**

93. O regime de escrituração contábil das receitas e despesas das entidades públicas pertencentes à administração direta é determinado pelo art. 35, incisos I e II, da Lei nº 4.320/64. De acordo com este dispositivo legal, a contabilidade deve reconhecer como pertencente ao exercício financeiro as

(A) despesas quando da sua autorização na Lei Orçamentária Anual.
(B) receitas quando da sua previsão no Plano Plurianual.
(C) despesas quando legalmente nele forem empenhadas.
(D) despesas no momento em que legalmente nele forem pagas.
(E) receitas quando da ocorrência do fato gerador do tributo.



www.pciconcursos.com.br

94. Quanto ao estágio de empenho da despesa, considere:

I. A nota de empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

II. A realização de despesa sem prévio empenho é permitida quando não se pode determinar o montante exato da despesa.

III. A redução ou cancelamento no exercício financeiro de compromisso que caracterizou o empenho implicará sua anulação parcial ou total, revertendo o valor à respectiva dotação.

IV. A realização de empenho global é permitida para os casos de despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento.

V. As despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I, III e IV.

(C) I, II e V.

(D) II, III e IV.

(E) III, IV e V.

---

95. O recebimento pela União do valor correspondente a multas e juros de mora dos tributos compõe a fonte de receita denominada

(A) receita patrimonial.

(B) receita tributária.

(C) transferências correntes.

(D) outras receitas correntes.

(E) receita de serviços.

---

96. A retenção das contribuições previdenciárias, valores descontados da folha de pagamentos dos servidores públicos, corresponde a uma

(A) receita extra-orçamentária.

(B) despesa extra-orçamentária.

(C) receita orçamentária de contribuições.

(D) receita orçamentária tributária.

(E) despesa orçamentária de transferências a instituições privadas.

---

97. Uma redução efetiva do patrimônio público é causada pela ocorrência de uma

(A) insubsistência passiva.

(B) superveniência passiva.

(C) mutação passiva.

(D) superveniência ativa.

(E) interferência ativa.



www.pciconcursos.com.br

98. O plano de contas de entidades governamentais é estruturado em quatro sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Em diversas situações, um ato da administração pode gerar lançamentos em mais de um sistema ao mesmo tempo. Um evento que gera, concomitantemente, lançamentos contábeis no sistema orçamentário e financeiro é

(A) a liquidação da despesa com material de consumo.

(B) o pagamento de restos a pagar.

(C) a inscrição da dívida ativa.

(D) a variação cambial da dívida fundada.

(E) a obtenção de veículos por doação.

---

99. Considere os dados abaixo, extraídos do Balanço Patrimonial de 31/12/X1 da Prefeitura Modelo. (Valores em R$).

| | |
|---|---|
| Aplicações Financeiras | 210.000,00 |
| Ativo Real Líquido | 945.000,00 |
| Bancos Conta Movimento | 297.000,00 |
| Bens Imóveis | 590.000,00 |
| Bens Móveis | 365.000,00 |
| Consignações | 91.000,00 |
| Depósitos de Diversas Origens - Caução | 40.000,00 |
| Dívida Ativa | 490.000,00 |
| Operações de Crédito Externa (longo prazo) | 645.000,00 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária | 30.000,00 |
| Restos a Pagar | 201.000,00 |

O superávit financeiro era, em R$,

(A) 945.000,00.

(B) 790.000,00.

(C) 635.000,00.

(D) 175.000,00.

(E) 145.000,00.

---

100. Considere o Balanço Financeiro da Prefeitura ABC referente ao exercício financeiro de X1.

| RECEITAS | | | DESPESAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Títulos** | **R$** | **R$** | **Títulos** | **R$** | **R$** |
| Orçamentárias | | 810.000,00 | Orçamentárias | | 725.000,00 |
| Extra-Orçamentárias | | | Extra-Orçamentárias | | |
| Restos a Pagar | 146.000,00 | | Entidades Vinculadas | 50.000,00 | |
| Serviços da Dívida a Pagar | 95.000,00 | | Restos a Pagar | 150.000,00 | |
| Débitos de Tesouraria | 30.000,00 | | Débitos de Tesouraria | 30.000,00 | |
| Restituições | 59.000,00 | 330.000,00 | Restituições | 18.000,00 | 248.000,00 |
| Saldo do Exercício Anterior | | 130.000,00 | Saldo para o Exercício Seguinte | | 297.000,00 |
| Caixa/Bancos | 130.000,00 | | Caixa/Bancos | 297.000,00 | |
| **TOTAL** | | 1.270.000,00 | **TOTAL** | | 1.270.000,00 |

É correto afirmar que

(A) o resultado financeiro foi superavitário em R$ 297.000,00.

(B) as Despesas Orçamentárias causaram uma redução efetiva no Caixa/Bancos de R$ 725.000,00.

(C) o saldo final da conta Restituições era de R$ 18.000,00.

(D) as Receitas Extra-Orçamentárias causaram um aumento efetivo no Caixa/Bancos de R$ 89.000,00.

(E) o saldo da conta Restos a Pagar teve um aumento de R$ 4.000,00 durante o exercício.



www.pciconcursos.com.br